

Isaías Albertin de Moraes¹

Economia criativa e desenvolvimento sustentável na América Latina: potencialidades e desafios

Creative economy and sustainable development in Latin America: potentials and challenges

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as potencialidades e os desafios da Economia Criativa para o desenvolvimento inclusivo e com sustentabilidade na América Latina, sobretudo em países com parque industrial diminuto. Para tanto, o texto está dividido em três partes. Na primeira, é apresentado o conceito de desenvolvimento econômico e sua evolução para o conceito de desenvolvimento sustentável. Na segunda parte, a pesquisa aprecia o campo da Economia Criativa e, na terceira seção, como ele pode contribuir para o desenvolvimento sustentável na América Latina. Os procedimentos técnicos metodológicos priorizados pelo artigo foram bibliográficos e documentais, trabalhando com fontes primárias e secundárias.

Palavras-chaves: Desenvolvimento sustentável; Economia criativa; Desenvolvimento latino-americano.

Abstract

This article aims to analyze the potential and challenges of the Creative Economy for inclusive and sustainable development in Latin America, especially in countries with a small industrial park. The text is divided into three parts. In the first part, the concept of economic development is presented and its evolution towards the concept of sustainable development. In the second part, the research appreciates the field of Creative Economy and, in the third section, how it can contribute to sustainable development in Latin America. The technical methodological procedures prioritized by the article were bibliographical and documentary, working with primary and secondary sources.

Keywords: Sustainable development; Creative economy; Latin american development.

1 Doutorando em Ciências Sociais pela Unesp/Araraquara. Pesquisador do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (NEPESC/Unesp) e professor substituto do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas (DECSPP/Unesp). E-mail: isaiasalm@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O conceito de sustentabilidade compreende três pilares: econômico, social e ambiental. O conceito de sustentabilidade ambiental foi marginalizado pelas principais teorias do desenvolvimento econômico do século XX, e, conseqüentemente, pelas políticas econômicas que elas influenciaram. Modelos de organização produtiva, o capitalismo e o socialismo marxista promoveram degradação ambiental sistemática pelo esgotamento de recursos naturais não renováveis e pela poluição generalizada de elementos vitais.

Como demonstrou Marx (2013), o impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina produtiva do sistema capitalista é a acumulação de capitais, porém não obedece a uma lógica sustentável. O antigo modelo de desenvolvimento econômico não se atenta para a sustentabilidade, pois, confunde eficiência com máxima extração e transformação dos recursos (DALY & FARLEY, 2004).

Desde a década de 1970, a crise ambiental vivenciada mobilizou novos atores e interesses sociais para a reapropriação da natureza, repensando as ciências a partir de parâmetros até então impensáveis. A revolução técnico-científica-informacional, associada ao impacto dos movimentos ambientalistas e com a expansão do conhecimento, fez o debate sobre desenvolvimento econômico incorporar a questão ambiental e encarar a realidade de que os recursos naturais são finitos. A sustentabilidade, segundo Leff (2010), é uma maneira de repensar a reprodução e o processo econômico. Para o autor, a sustentabilidade tem a capacidade de abrir o fluxo de tempo a partir da reconfiguração das identidades, rompendo o cerco do mundo e o fechamento da história impostos pela globalização econômica. A humanidade está em um processo de mudança de paradigma socioeconômico, incorporando e ressignificando modos de produção e de sociabilidade.

A primeira parte do artigo buscou focar nessa mudança paradigmática do conceito de desenvolvimento no debate econômico. Em um primeiro momento o conceito era similar ao de crescimento, isto é, uma variável quantitativa. A crise ambiental, no entanto, forçou o conceito de desenvolvimento a deslocar-se cada vez mais para uma variável qualitativa, surgindo um novo paradigma: o de desenvolvimento sustentável. O texto, a despeito de analisar a América Latina como um todo, entende que cada país tem suas singularidades e suas particularidades. Economicamente, entretanto, todos os países da região ainda estão na periferia do sistema mundial, isto é, possuem escassa acumulação de capital, progresso técnico limitado, baixa produtividade e padrões de vida modestos. Brasil, México e Argentina podem ser considerados semiperiferia, pois galgaram alguns degraus em direção ao desenvolvimento e possuem maior capacidade de sofisticação produtiva, porém ainda mantêm características de países periféricos e não concretizaram o catching up.

A pesquisa, assim, para melhor instrumentalizar a teoria na prática, não se estenderá em analisar cada caso particular, mas a região como um todo. As economias da América Latina enfrentam dificuldades para romper com sua situação de subdesenvolvidas. Os países da região continuam dependentes do capital externo, exportadoras de bens primários e enfrentando a superexploração da mão-de-obra.

O desenvolvimento econômico, dessa maneira, para a região é vital. O caminho a seguir, contudo, não pode ser o mesmo adotado pelos países centrais em virtude dos limites planetários². Os países desenvolvidos chegaram ao patamar que se encontram adotando um modelo de exploração descomedido de combustíveis fósseis e de recursos minerais, além de um incentivo ao hiperconsumo e de subjugações imperialistas nas nações mais fracas. É preciso repensar o modelo.

A pesquisa, dessa forma, procurou contribuir para o debate de modelos desenvolvimentistas na América Latina ao se esforçar em lançar luzes ao potencial da Economia Criativa (EC). A pretensão da pesquisa, ao fazer esse esforço, é singela, pois não se trata de criar um modelo único, mas de construir e de propagar pequenas reflexões e contemplações.

Na segunda seção da pesquisa, procurou-se operacionalizar o conceito de EC e de demonstrar a criatividade como um recurso natural, porém infinito. A EC ao utilizar desse recurso abundante e pouco dependente da infraestrutura industrial pesada pode ter um expressivo papel no processo de rompimento do subdesenvolvimento dos países da América Latina. O estímulo da criatividade, da atividade intelectual e da diversidade cultural passou a ser um dos principais recursos produtivos na Era do desenvolvimento sustentável e da sofisticação produtiva.

A indústria criativa divide-se em dois setores: produtos e serviços. A produção e a comercialização de bens e de serviços culturais vêm tendo expressivo crescimento desde a década de 1970. A cada ano o setor vem expandindo, principalmente entre os países em desenvolvimento. Segundo o *Global Entertainment and Media Outlook* (2017 – 2021), em 36 dos 54 países onde a pesquisa foi realizada, a receita global do setor de mídia e de entretenimento (internet, televisão, vídeo, publicidade, business to business, livros, jornais, games, revistas, cinema, rádio, música e mídia exterior) deve atingir US\$ 2,14 trilhões em 2020. Um aumento de 4,2% ao ano até 2021 (taxa composta de crescimento) número acima da média do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, 3%, e da América Latina de 2,2%.

Na terceira e última seção, o estudo preocupou-se em apresentar um pequeno panorama da EC na América Latina. Nessa parte, a pesquisa deparou-se com uma adversidade, a falta de indicadores uniformes, dificultando a comparação internacional. A construção de critérios de mensuração na EC ainda está em processo embrionário. Sabe-se que a definição dos critérios, segundo os quais serão selecionados e avaliados as fontes, é algo primordial para qualquer pesquisa. O processo interfere diretamente na qualidade das informações que construirão a análise, chegando à compreensão mais ampla do problema delineado. A solução encontrada para essa questão foi embasar a pesquisa em fontes primárias dos estudos. Os limites planetários foi estruturado por diversos cientistas coordenados pelo Stockholm Resilience Centre (SRC) em 2009. O grupo elencou nove limites, calculando a taxa de resiliência do planeta para a humanidade observar no seu desenvolvimento sem que os impactos antrópicos causados no meio ambiente sejam irreversíveis (SRC, 2017).

desenvolvidos por instituições internacionais reconhecidas: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) sobre EC na América Latina.

Os resultados obtidos com a investigação de fontes primárias foram confrontados com as contribuições teóricas selecionadas e com as percepções do autor, colhidas em diversas pesquisas de campo realizadas no continente latino-americano, possibilitando o diálogo entre as diversas fontes levantadas. O diálogo visou uma leitura transdisciplinar para alcançar o desenvolvimento sustentável na América Latina, alinhando campos de estudo: ambiental, social, econômico, cultural e político.

2 ASPECTOS GERAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DEFINIÇÃO E FORMAÇÃO DO CONCEITO

O desenvolvimento como uma política econômica pode ter seu marco histórico em dois pequenos textos produzidos, no século XVII, pelo economista inglês William Petty (1623 – 1687); o *Treatise of Taxes and Contributions* de 1662 e o *Political Arithmetic* de 1690. Ambos faziam uma defesa do papel do Estado como elemento complementar de alocação de recursos. Pode-se afirmar, entretanto, que somente no século XIX, com os estudos de Friedrich List, na Alemanha, que se estruturou uma estratégia econômica nacional-desenvolvimentista. O autor, em sua obra de 1841, *The National System of Political Economy* criticava duramente a economia política clássica. Essa era responsável, segundo List, de inviabilizar o desenvolvimento de nações atrasadas e condená-las ao poder econômico britânico, que a defendia (FIORI, 2014).

Em 1871, com a unificação da Alemanha, as ideias de List contribuíram para adoção de uma política de industrialização e de desenvolvimento por parte do Estado que foi bem-sucedida. O sucesso dessa estratégia fez com que as políticas executadas na Alemanha servissem de referência para outras nações, como: Japão, Rússia e Itália. Desde então diversos autores vêm se dedicando ao tema, destacam-se: Rosenstein-Rodan, Arthur Lewis, Hans Singer, Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal, John Keynes; Robert Solow; Joseph Schumpeter; Walt Whitman Rostow; Roy F. Harrod; Evsey Domar; Michal Kalecki.

Em suma, Bresser-Pereira operacionaliza o conceito de desenvolvimentismo como:

O desenvolvimento é o processo de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico que resulta em transformações estruturais da economia e da sociedade e no aumento dos padrões de consumo de um Estado-nação. É um processo histórico que ocorre a partir da revolução capitalista e, particularmente, da revolução industrial; é o aumento continuado da produtividade, que implica uma sofisticação cada vez maior da mão de obra empregada na produção (BRESSER-PEREIRA, 2016, p.111).

Se, em um espectro, existe o desenvolvimento econômico, em outro, há o subdesenvolvimento. A história e a estrutura das relações econômicas inter-nações favoreceram o surgimento de dois tipos de países: os desenvolvidos (centro) e os

subdesenvolvidos (periferia). De acordo com Furtado (1992, p.8), “o subdesenvolvimento é um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida”. Os estudos sobre subdesenvolvimento tiveram grandes contribuições dos latino-americanos, particularmente no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL/ONU). Eles almejam compreender suas razões e estruturas e elaborar ferramentas para superá-lo, conseguindo obter desenvolvimento nas sociedades da periferia.

Em meados do século passado, o conceito de desenvolvimento foi ampliado pela comunidade acadêmica. Em 1949, ocorreu a Conferência Científica das Nações Unidas sobre a Conservação e Utilização de Recursos e, em 1968, é realizada, em Paris, a Conferência sobre Biosfera. Em virtude de pesquisas científicas que demonstravam que o processo econômico baseado no crescimento ilimitado e na exacerbção do livre mercado estava levando a danos severos ao meio-ambiente, ocasionando aquecimento global, chuva ácida e intensificação do efeito estufa; a temática ambiental ganhou destaque no campo do desenvolvimento econômico (VEIGA, 2006).

O marco de uma consciência ecológica em nível internacional deu-se na década de 1970 com a publicação do Relatório Limites do Crescimento do Clube de Roma e com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972. No ano seguinte, o canadense Maurice Strong, secretário da Conferência de Estocolmo, apresentou o conceito de Ecodesenvolvimento. Strong tentou estruturar um modelo que colocasse uma alternativa a dicotomia entre “crescimento zero” e “direito ao crescimento”, debate impulsionado pelo Clube de Roma e pela bipolaridade entre países centrais X periféricos (VEIGA, 2006).

O conceito de Ecodesenvolvimento, posteriormente, foi operacionalizado de forma mais ampla pelo economista Ignacy Sachs. Segundo Sachs, Ecodesenvolvimento é:

[...] desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio (SANCHS, 1981, p.23).

Ignacy Sachs (1981), ademais, vai definir cinco dimensões de sustentabilidade que estão interconectadas, são elas: social (redução das desigualdades sociais), econômica (aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa), ecológica (qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para próximas gerações), espacial (evitar excesso de aglomerações) e cultural (evitar conflitos culturais com potencial regressivo).

Em 1986, na Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento de Ottawa optou-se em utilizar o termo desenvolvimento sustentável e equitativo. No ano seguinte, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMMAD/ONU) lançou o Relatório Brundtland – *Our Common*

Future. Nesse o conceito de desenvolvimento sustentável consolidou-se e ganhou a seguinte definição: “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (CMMAD, 1991).

Para Van Bellen (2005), a operacionalização conceitual de desenvolvimento sustentável teve suas origens no debate epistemológico sobre o conceito de desenvolvimento. Segundo o autor, o termo desenvolvimento sustentável permitiu que o conceito de crescimento não fosse mais compreendido como sinônimo de desenvolvimento, como a ortodoxia convencional fazia. Os desafios da sustentabilidade, da sobrevivência, da inclusão social e da convivência no planeta fizeram com que houvesse o surgimento de um novo paradigma desenvolvimentista, agora sustentável.

O antigo paradigma de desenvolvimento padronizava à temática de desenvolvimento econômico ao processo acumulativo das forças produtivas. Nessa categorização, economias como Estados Unidos da América (EUA), Japão, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e União Europeia (UE) são consideradas desenvolvidas. As demais estão em desenvolvimento ou em subdesenvolvimento. Essa categoria de análise, além de reduzir o conceito de desenvolvimento meramente econômico, pode proporcionar a imprópria leitura de que o processo de desenvolvimento segue uma trajetória linear.

A ilusão na linearidade do processo desenvolvimentista, muito defendida nos estudos de Walt W. Rostow (1971), faz com que países considerados subdesenvolvidos busquem seguir rotas e estratégias adotadas pelas sociedades consideradas, atualmente, desenvolvidas. O desenvolvimento econômico é vital para os países periférico, porém a crença na trajetória linear e na categorização baseada no processo acumulativo das forças produtivas não permite o surgimento de soluções alternativas para romper com o subdesenvolvimento e com a construção de um modelo sustentável próprio. Modelo capaz de repensar a produção e o processo econômico a partir da reconfiguração e de resgates das identidades tradicionais, mobilização de novos atores e de interesses sociais, agregando valores culturais à natureza, rompendo a racionalidade econômica imposta pela hierarquia da geoeconomia global.

Os papéis estratégicos da criatividade humana – enquanto matriz produtora de novas tecnologias, de éticas, de sociabilidades, de relações ambientais e de solidariedades – são menosprezados ou subestimados no antigo paradigma desenvolvimentista. Se para o desenvolvimento é preciso necessariamente uma atividade criadora, como afirma Furtado (2000), e se a criatividade humana é diversificada e representativa em cada sociedade, logo a análise para um modelo sustentável precisa ser mais profunda. É essencial que qualquer proposta desenvolvimentista, atualmente, leve a questão ambiental e averigua aspectos econômicos e sociais, superando, assim, com a lógica positivista e binária do antigo paradigma.

Recentemente os estudos em EC têm apresentando oportunidades de proporcionar novas alternativas de desenvolvimento que atendam às características de cada sociedade. A EC vem navegando por possibilidades de inovações na área de serviços e bens culturais, agregando as singularidades locais e a preocupação da

sustentabilidade. A EC tem a criatividade, a arte e a cultura como sua matéria-prima. É a economia que gera valor econômico a partir do intangível e do simbólico e pode ser um meio dos países subdesenvolvidos da América Latina de acharem um modo de vencer as desigualdades e gerar bem-estar social e ambiental.

3 A ECONOMIA CRIATIVA: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

A EC teve sua origem no termo indústria criativa. O conceito de indústria criativa foi apresentando em 1994 pelo governo da Austrália em seu projeto *Creative Nations*. O primeiro-ministro australiano na época, Paul Keating, estruturou um plano estratégico de desenvolvimento, destacando a importância do trabalho criativo e cultural. Em 1997, o governo inglês também utilizou do conceito de indústria criativa para relacionar treze setores de maior potencial para a criação de riquezas e de empregos por meio da geração e da exploração do conhecimento (MIRSHAWKA, 2016).

O termo indústria criativa foi rapidamente absorvido pela mídia e pela academia. Em 2001, John Howkins operacionalizou pela primeira vez o conceito de EC em seu livro intitulado *The Creative Economy*. Para o autor, o conceito engloba setores da propaganda, da arquitetura, da arte, do artesanato, do *design*, da moda, dos filmes, da música, das realizações artísticas, das edições, da pesquisa & desenvolvimento (P&D), dos programas informáticos, dos jogos, dos brinquedos, da televisão, do rádio e dos videogames (HOWKINS, 2013). Segundo o autor:

Criatividade é capacidade de gerar algo novo. Significa a produção por parte de uma ou mais pessoas, de ideias e invenções que são pessoais, originais e significativas. [...] *Economia* é convencionalmente definida como um sistema para a produção, troca e consumo de bens e serviços. [...] A *economia criativa* consiste nas transações contidas nesses produtos criativos. Cada transação pode ter dois valores complementares: o valor da propriedade intelectual intangível e o valor do suporte ou plataforma física (se realmente existir algum). [...] a economia criativa é equivalente ao valor dos produtos criativos (PC) multiplicado pelo número de transações (T): isto é, $EC = PC \times T$ (HOWKINS, 2013, p.13-18).

Em 2006, a UNCTAD ampliou o conceito de Howkins e acrescentou outros setores. A definição da UNCTAD é a mais empregada pela literatura na atualidade.

A “economia criativa” é um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico. Ela pode estimular a geração de renda, criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano. Ela abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo. É um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e interligações cruzadas em macro e micro níveis para a economia em geral. É uma opção de desenvolvimento viável que demanda respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial. No centro da economia criativa, localizam-se as indústrias criativas (UNCTAD, 2010, p.10).

Componentes	Descrição
Expressões culturais tradicionais	Artesanato, gastronomia, festivais e celebrações
Artes cênicas	Música ao vivo, teatro, dança, ópera, circo, teatro de fantoches, etc
Audiovisuais	Filme, televisão, rádio, demais radiodifusões
Novas mídias	Software, videogames e conteúdo digital criativo
Serviços criativos	Arquitetônico, publicidade, P&D criativo, cultural e recreativo
Design	Interiores, gráfico, moda, joalheria e brinquedos
Editoras e mídia impressa	Livros, imprensa e outras publicações
Artes visuais	Pinturas, esculturas, fotografia, antiguidades, etc
Locais culturais	Sítios arqueológicos, museus, bibliotecas, exposições, cidades, etc

Tabela 1. Classificação da UNCTAD para indústrias criativas. Fonte: UNCTAD, 2010.

Na EC, a criatividade e a diversidade cultural são vistas como propulsoras do desenvolvimento econômico, pois melhora a qualidade dos meios de oferta e demanda de serviços. A criatividade é uma força estudada pela economia há séculos. Estudos como de Joseph Schumpeter (1984), Joel Mokyr (1990) e Richard Florida (2011) afirmam que a criatividade está por trás dos avanços econômicos como uma sucessão de novos e de melhores meios de produção e de organização social. A criatividade é essencial para que ocorra sofisticação produtiva. O capital não proporciona criatividade, mas a criatividade pode ampliar o capital. Segundo Florida:

Com base em meu conhecimento sobre a história econômica recente, olho para o passado distante e percebo que novos e importantes sistemas de mobilização da criatividade costumam ser desdobramentos de sistemas preexistentes. Os novos sistemas não necessariamente suplantam os antigos, mas sempre ampliam e modificam as regras do jogo. Eles costumam surgir quando os preceitos vigentes começam a atingir determinados limites e acarretam períodos de enorme progresso e grande turbulência [...] (FLORIDA, 2011, p.56).

No mundo contemporâneo, a criatividade como força propulsora do desenvolvimento precisa estar aliada a sustentabilidade. Anteriormente, a criatividade empurrou a economia para o uso indiscriminado dos recursos naturais e a adoção de um fluxo real unidirecional, surgindo à crise ambiental atual. Pode-se afirmar, entretanto, que será o nível da criatividade da humanidade que, novamente, determinará substancialmente sua capacidade de adaptar-se aos novos imperativos econômicos e ambientais. O uso da criatividade para um desenvolvimento sustentável, contudo, não pode ser pautado no ultraotimismo de alguns estudiosos da temática. É preciso reconhecer que há limites intransponíveis ao uso dos recursos naturais. As novas tecnologias podem proporcionar a utilização mais eficiente dos recursos, todavia para alcançar a sustentabilidade da sociedade, segundo Dos Santos (2000),

é necessário um redirecionamento do desenvolvimento científico e tecnológico, almejando uma utilização mais racional da biodiversidade.

Para Daly (1996), a substituição de recursos exauríveis por renováveis, melhorando a eficiência via aprimoramento tecnológico no uso dos recursos seria um meio para consecução desse objetivo. A humanidade se tornaria menos dependente dos recursos naturais não renováveis, evoluindo do *homo economicus* para o *homo creativus*, conforme afirma Mokyr:

Economists and historians alike realize that there is a deep difference between homo economicus and homo creativus. One makes the most of what nature permits him to have. The other rebels against nature's dictates. Technological creativity, like all creativity, is an act of rebellion (MOKYR, 1990, p. viii).

A EC, por trabalhar, acima de tudo, com bens intangíveis, caracteriza-se pela abundância e não pela escassez. Sua fonte é a criatividade que não se esgota, como os recursos naturais. Na EC o que impulsiona o aumento da produtividade são a velocidade e a sofisticação produtiva com que os bens intangíveis e os serviços são criados e fornecidos. Nota-se que a EC está estritamente relacionada ao conceito de sustentabilidade, sobretudo, em bens intangíveis e serviços.

A EC não diz respeito somente aos setores criativos ou a criação de novos produtos e serviços. Ela também volta para a revisão e a alteração de procedimentos de gestão e de produção. O recém-conceito de EC possibilita redirecionar não somente o desenvolvimento, mas passa também pela democratização das oportunidades de realização pessoal e coletiva, na redução das desigualdades sociais e no respeito ao meio-ambiente, revisando, dessa maneira, a produção e gestão como um todo. Os setores criativos ao produzir benefícios econômicos e emprego promovem a diversificação econômica, receitas, comércio e inovação. A EC possibilita transferir mão-de-obra de setores tecnologicamente pouco sofisticados que empregam mão-de-obra de baixa qualificação, com baixos salários e representando baixo valor agregado per capita, para setores tecnologicamente sofisticados que exigem mão-de-obra qualificada (FLORIDA, 2011).

A EC auxilia a reavivar áreas urbanas decadentes, a abrir e desenvolver áreas rurais remotas e a promover a preservação dos recursos ambientais e patrimônios culturais de um país. Ela está na contramão do consumismo e da exploração predatória da natureza ao ter no consumo consciente um nicho de mercado. Aliado à EC, essa forma de consumir com mais inteligência pode gerar, por exemplo, a reutilização de produtos que supostamente não serviriam mais (FLORIDA, 2011; MIRSHAWKA, 2016).

A EC conecta-se diretamente com um ponto de vista mais social e comunitário ao explorar serviços baseados em compartilhamento de objetos e de espaços. A expansão conjunta de inovação tecnológica e de trabalho de conteúdo criativo é cada vez mais a força motriz do desenvolvimento econômico sustentável. Segundo Abramovitz & David (1996), o crescimento relativo e a importância do capital intan-

gível no total da riqueza produtiva de um país é uma evidência bastante significativa desde meados do século XX.

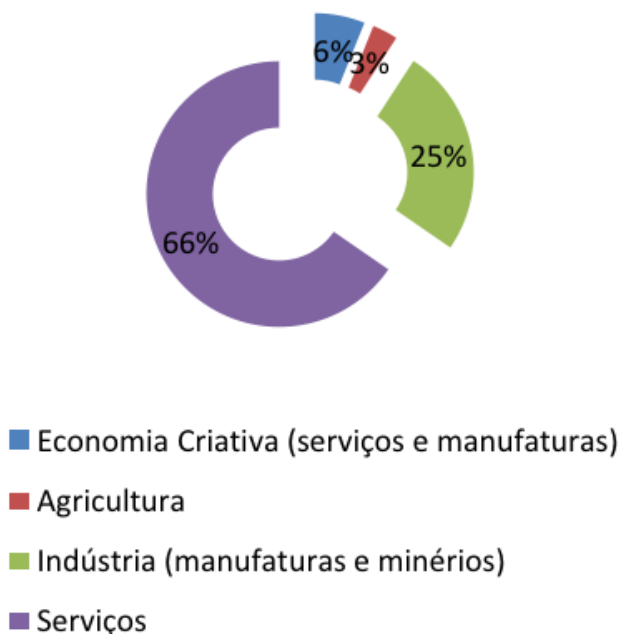


Figura 1. Economia Criativa - contribuição na economia mundial

Fonte: BID, 2013

A América Latina pode utilizar desse papel transformador da EC na geração de oportunidades de riqueza, de inclusão, de equidade e de empregos sustentáveis. A EC pode auxiliar a região a aperfeiçoar os processos produtivos de seus produtos de exportação, mormente as *commodities*, turismo e serviços, e transferir mão-de-obra para setores mais sofisticados.

4 ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA

Da América Latina vêm cerca de 10% das emissões globais de gases do efeito estufa. Brasil e México são os maiores poluidores da região: no ranking global ocupam sétima e nona posição respectivamente. As queimadas são responsáveis por mais de 75% da emissão de gás carbônico no Brasil. Muitas dessas queimadas são realizadas em áreas de florestas tropicais para a preparação de pasto. A pecuária cada dia que passa invade mais a região Amazônica. A atividade ocupa, segundo estudo do Imazon (2017), 35% da área desmatada.

A América Latina é detentora de muitos recursos naturais. De acordo com BID (2013), 25% das terras férteis do planeta, 22% da floresta mundial, 31% da água potável estão no continente. Se, por um lado, esses recursos precisam ser protegidos para as gerações futuras e para o equilíbrio ecológico do planeta Terra, por outro, a população da região precisa se desenvolver economicamente. A EC ao promover ações integradas de turismo, de revitalização do patrimônio, de áreas urbanas e

rurais, de promoção das industriais criativas e culturais locais teria a capacidade de incentivar a criação de empregos, a geração de renda e o desenvolvimento local.

Enquanto conceito e campo de estudo, a EC ainda é algo novo. O desafio, dessa maneira, é encontrar uma forma de transformar essas atuações presentes nos setores criativos em ferramentas de desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo sem que se perca a essência e o valor de cada iniciativa. Para utilização de uma nova ferramenta de desenvolvimento é necessário também construir uma nova mentalidade econômica. Utilizar um instrumento inovador passa necessariamente em ampliar práticas sustentáveis, buscar uma visão mais integral e holística do processo produtivo, minimizando os conflitos entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental

Para Elkington (2001), as questões ambientais não são capazes de solucionar por si só os desafios para construção de uma economia global sustentável. É essencial ampliar para outros campos com a intenção de alcançar a sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável, para o autor, é um processo de aprendizagem social de longo prazo. A EC, por lidar essencialmente com capital humano, também pode ser considerada um processo de longo prazo e de construção social.

Acredita-se que a diminuição do *gap* tecnológico entre periferia e centro é algo feito paulatinamente por meio da reorganização nas estruturas político-econômicas, da concepção de uma política macroeconômica capaz de proporcionar acumulação de capitais e por uma política industrial que beneficia das vantagens competitivas da região. Atualmente, no entanto, não se pode falar somente de estratégias de *catching up* sem levar em consideração a questão ambiental. É preciso de um *catching up* sustentável. A China vem se atentando para este fato. Recentemente, o país tornou-se maior produtor de painéis solares do mundo e está financiando projetos de transporte coletivos com energia solar, como o *Land Air Bus*.

O enfoque em uma política industrial voltada para EC para se realizar o *catching up* latino-americano tem o diferencial de que os setores criativos não confundem eficiência com máxima extração e transformação de recursos naturais como o modelo de desenvolvimento clássico. A expectativa na estratégia com foco na EC na América Latina é que ela poderia possibilitar, em um primeiro momento, o desenvolvimento de setores de bens intangíveis e de serviços. Para depois, em uma segunda fase, o capital acumulado gerar efeito *spillover* para setores de alta tecnologia com viés sustentável como o de biotecnologia, arquitetura bioclimática, bioconstrução, energias renováveis, etc.

Na América Latina, a EC, segundo o último estudo do BID, que é de 2013, emprega atualmente 10,3 milhões de trabalhadores. O valor da mão-de-obra no setor é acima da média nacional, por exemplo, a média salarial nos setores da EC no Chile, em 2011, era de US\$ 1.066 por mês enquanto que a média nacional era de US\$ 705, segundo *Centro Internacional de Economía Social y Cooperativa* (CIESCOOP). No Brasil, em 2016, os profissionais da indústria criativa ganhavam, em média, US\$ 1.650, quase o triplo da média nacional US\$ 631, segundo estudos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e da

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Países	Contribuição da Economia Criativa ao emprego
México	11%
Guatemala	7,1%
Colômbia	5,8%
Trindade e Tobago	5,0%
São Vicente e Granadinas	4,9%
Uruguai	4,9%
Dominica	4,8%
Peru	4,5%
Santa Lúcia	4,4%
Granada	3,6%
Paraguai	3,3%
Argentina	3,2%
Panamá	3,2%
San Cristóvão e Nevis	3,1%
Jamaica	3%
Chile	2,3%
Barbados	1,9%
Brasil	1,8%

Tabela 2. Contribuição da Economia Criativa ao emprego. Fonte: BID, 2013

Os serviços rudimentares, ademais, ainda que seus encadeamentos produtivos sejam relevantes para muitos países latino-americanos, não possuem a capacidade de alavancar o crescimento em virtude de seu reduzido conteúdo tecnológico e valor adicionado per capita. Por outro lado, os serviços mais complexos, presentes nos setores da EC desempenham, segundo Triplett & Bosworth (2001) e Djellal & Gallauj (2010) papel essencial para a elevação da produtividade e geração de maior valor adicionado. Importante ressaltar que existem dois tipos de serviços: o terceirizado e o de servitização. O primeiro está associado a atividades de reduzida produtividade, enquanto o segundo está correlacionado com maior conteúdo tecnológico, proporcionando maior sofisticação, demandando mão-de-obra mais qualificada e gerando maior valor adicionado per capita (MARCONI, 2015).

A EC gera uma renda de US\$ 175 bilhões e exportações de US\$ 18,761 bilhões para a região. Dessas exportações mais a metade é realizado pela economia brasileira, US\$ 9,41 bilhões. No Brasil, a EC gerou US\$ 66,87 bilhões no ano de 2013. Isso é mais que as exportações venezuelanas de petróleo no mesmo ano, que foi de US\$ 62 bilhões.

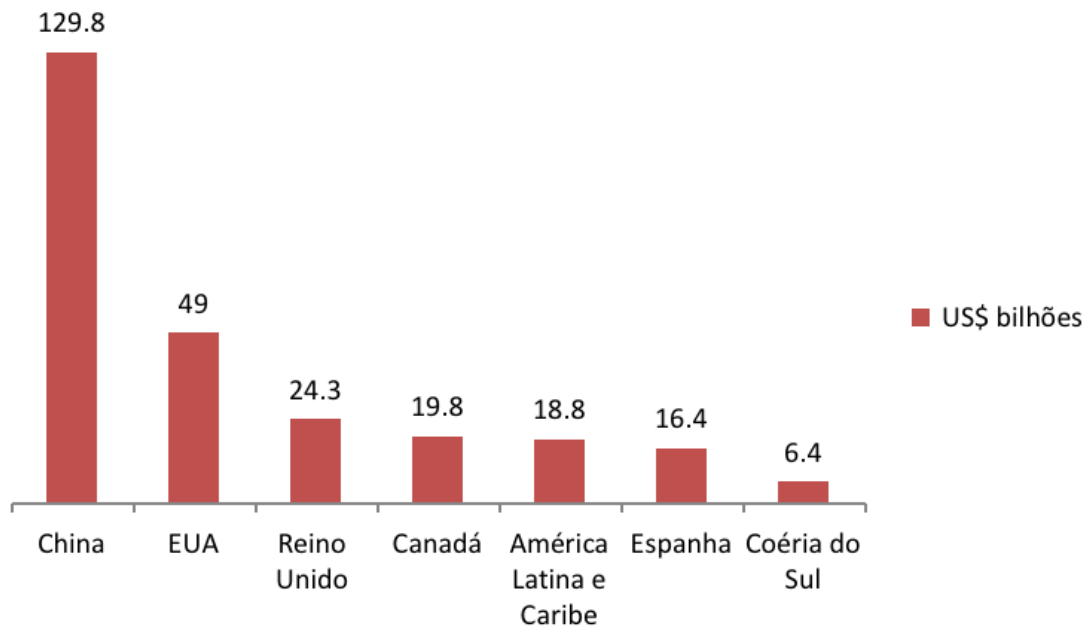


Figura 2. Economia Criativa e exportações Fonte: BID, 2013.

Apesar desses números, a América Latina, com seus 33 países e aproximadamente 625 milhões de habitantes, enfrenta balança comercial negativa no setor. Somente o Brasil apresentou balança comercial superavitária na EC no ano de 2013.

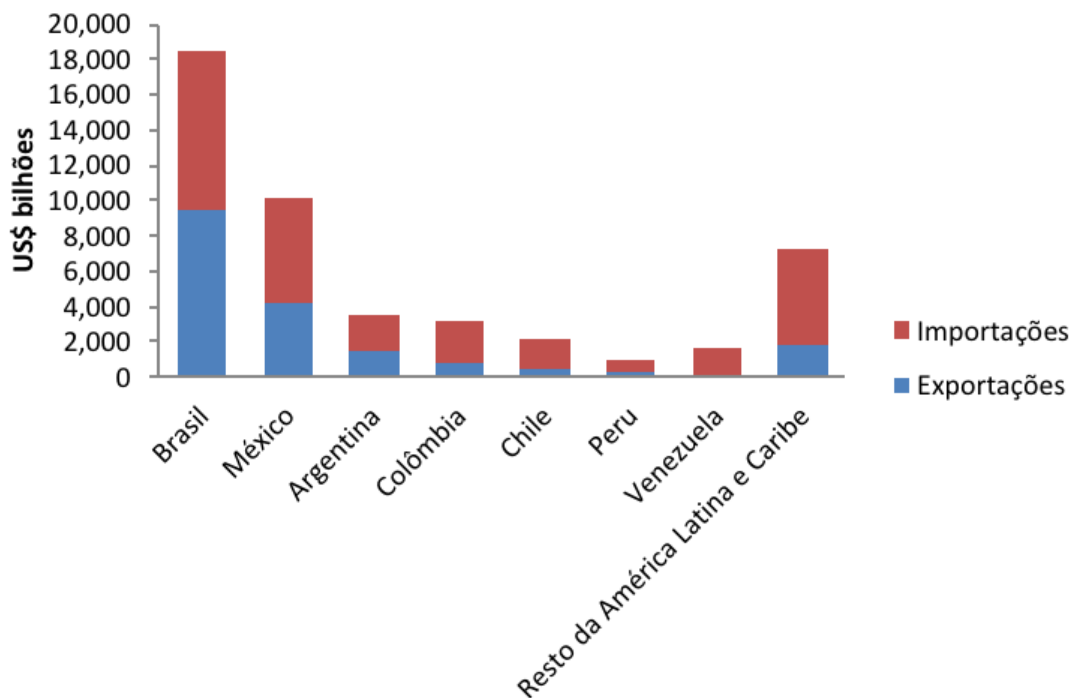


Figura 3. Economía Creativa balanza comercial América Latina Fonte: BID, 2013.

Apenas 1,77% das exportações mundial de bens criativos originam-se na região, resultando em US\$ 18,761 bilhões. Para comparação, o Canadá, com seus 36,9 milhões de habitantes, representa 3,5% das exportações mundiais nos setores da EC; os EUA 8,7% (BID, 2013). Os países latino-americanos estão desperdiçando o estímulo da criatividade de seu capital humano, que passou a ser um dos principais recursos produtivos na contemporaneidade. Por exemplo, o Chile obtém US\$ 47 bilhões das exportações de cobre – principal produto de sua pauta de exportação e setor com mão-de-obra pouco qualificada – enquanto os EUA lucram US\$ 49 bilhões com as exportações dos setores criativos – setor com maior valor adicionado.

A conscientização sobre a importância socioeconômica da EC, todavia, está se espalhando gradativamente na América Latina. É interessante observar que as políticas estão sendo desenvolvidas mais ativamente pelas cidades e autoridades municipais que em nível federal, como afirma estudo da UNCTAD (2010). A economia da cultura, a terminologia mais utilizada pelos ministérios da cultura da região, encontra-se em uma posição intermediária entre as instituições públicas responsáveis pela cultura e as que lidam com problemas de desenvolvimento, mas não é comum haver iniciativas conjuntas. O debate conceitual sobre a EC nos espaços acadêmicos e políticos da região está progredindo rapidamente, influenciado em parte pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo BID.

O BID, em 2017, encomendou ao *Institute for the Future* um estudo sobre setores para explorar a EC na América Latina. O estudo denominado *Paisagens futuras da economia laranja: caminhos criativos para melhorar a vidas na América Latina e no Caribe*³ vai elencar cinco catalisadores de mudança e dez zonas de inovação que poderiam ser exploradas pela região. Os catalisadores são: narrativas, geografias, trabalho, tecnologia e finanças. Dentro dos catalisadores estão zonas de inovações como: financiamento pró-ativo, artistas como os primeiros a reagir, culturas e paisagens ampliadas, cooperativismo de plataforma, compartilhamento de receita social, empoderamento da mulher em tecnologia, quantificação do impacto criativo, inspiração na natureza, mercados regionais criativos e nuvens e *blockchain* pra autenticação.

Observa-se que são setores preocupados com a questão ambiental, a liberdade, o bem-estar e a justiça social. Segundo Florinda (2011), a EC está fazendo surgir uma nova classe, a classe criativa e as cidades criativas. Essas pregam a transversalidade e a intersectorialidade em redes complexas, além da liberdade, da diversidade social e sustentabilidade. Para dar suporte a essa nova classe e a nova forma de interação econômica na América Latina, é necessária uma eficaz política conjunta dos países da região em P&D, diálogo constante entre as universidades, os movimentos sociais, as cooperativas e as empresas, estimulando, assim, o aumento do nível de formação da sociedade. O investimento em capital humano prepara os cidadãos para essa nova dinâmica sendo condição necessária para o desenvolvimento dos se-

3 A EC também é conhecida como Economia Laranja em virtude dessa cor estar associada à criatividade.

tores criativos pelo lado da oferta. Pelo lado da demanda de mão-de-obra mais qualificada em serviços com produção sofisticada, o Estado tem papel essencial como principal agente orientador e regulador do desenvolvimento econômico.

É fundamental entender que a transferência da mão-de-obra de serviços rudimentares para os dois setores EC poderia facultar em um efeito positivo do aumento da participação dos salários na renda sobre o consumo. Os países poderiam estimular um regime de crescimento do tipo *wage-led*, isto é, o aumento da participação dos salários na renda impulsionaria a expansão do nível renda e de emprego. Aliado a isso, a manutenção de uma margem de lucro satisfatório e o incentivo às exportações de serviços de bens intangíveis permitiriam que a taxa de investimentos do governo aumentasse sem desequilibrar o balanço de pagamentos.

Diversos setores da economia são atingidos pelos setores criativos. Cria-se uma dinâmica de aumento da acumulação de capitais por meio do efeito *spill over* e da demanda derivada. Setores como de comunicação, de construção civil, de transporte e os relacionados aos novos materiais e tecnologias são afetados positivamente com os investimentos em EC. Se por um lado isso amplia o processo de acumulação de capitais, por outro corre o risco do efeito *spill over* resultar em processos que acarretam degradação ambiental e exploração social. Assim, a vigilância das normas sustentáveis devem ser introjetadas nestes setores por meio de políticas públicas que promovam a educação, a conscientização e a inovação.

As políticas de educação ambiental podem utilizar de outros setores criativos, como peças publicitárias, filmes, músicas, HQs, exposições, entre outros para divulgar o conhecimento sobre a temática ambiental. Isso auxiliaria no processo para a humanidade alçar um patamar elevado de consciência coletiva. A EC, desse modo, estaria trabalhando para o aumento do capital social (confiança e reciprocidade nas interações sociais), fazendo com que maior número de pessoas colabore com desenvolvimento sustentável. Os setores da EC acabam se retroalimentando e podendo servir de meio de divulgação para causas coletivas. O Brasil ao realizar o *Rock in Rio*, por exemplo, a rede hoteleira, os restaurantes e os bares do local se beneficiam. Para organização do evento, empresas de tecnologias são contratadas para criação de *apps* para smartphones, empresas audiovisuais, de entretenimento, de esportes também atuam, proporcionando um ciclo virtuoso. O uso constante dos setores criativos para a promoção de uma consciência coletiva e ambiental é essencial para que este ciclo virtuoso de estímulo à economia se torna também sustentável.

De acordo Allen Scott (2005), as indústrias criativas possuem a tendência de convergir em grupos. Essa característica muito manifestada pela EC reflete as interações econômicas, sociais e culturais que se desenvolvem entre as empresas e que se tornam essenciais para sua sobrevivência e para a sustentabilidade. Conforme argumentado por Michael Porter (1990), é possível demonstrar que a produção de produtos e de serviços criativos nessas circunstâncias, de convergência em grupos, aprimora o aumento da eficiência e da produtividade, além de promover o desenvolvimento sustentável. Transportando esse raciocínio para escala macro, compreende-se que é necessário estabelecer na América Latina um mercado inter-regional

e extra-regional de conteúdos originais que facilite a existência de cooperação entre Estados e setores da sociedade por meio da coprodução, da cocriação e da codistribuição. A sofisticação produtiva, os salários e a demanda agregada dos países da região aumentariam, seus custos diminuiriam e o caminho para o desenvolvimento sustentável poderia ser trilhado mais facilmente.

Alguns setores criativos, além disso, têm a vantagem de não sofrerem com a depreciação do mesmo modo que os bens de capital e de consumo duráveis. A depreciação, segundo Costa & Junior (2012), em termos econômicos e comportamentais ocorre pela obsolescência ou pelo desgaste do uso. Por exemplo, uma máquina pode em pouco tempo ser superada por uma tecnologia mais moderna e um automóvel se desgasta pelo uso. Um roteiro turístico como a Rute Del Pisco, na região do Valle del Elqui no Chile, no entanto, é um bem que nunca será obsoleto. O que pode ocorrer é sua perda de atração por outros motivos como: falta de preservação do local (insegurança, degradação ambiental e social, etc), falta de divulgação, carência da preservação da memória e das tradições locais. A mesma lógica serve para demais roteiros turísticos na América Latina, como: Amazônia, Patagônia, El Malecon, Ruínas Incas, Cataratas, etc.

Em Cuba, após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e conseqüentemente com o fim dos auxílios para ilha, o regime dos irmãos Castros encontraram receitas no setor criativo do turismo. Em 2017, Cuba recebeu mais de 4 milhões de turistas. A renda está gerando vultosos investimentos em infraestrutura. O turismo na ilha, segundo dados do *Departamento de Turismo del Instituto Nacional de Investigaciones de la Economía* (INIE), representa cerca de 7% do PIB cubano. Isso é mais que a agricultura, 5,5% do PIB.

Não são somente os roteiros turísticos que não sofrem com a obsolescência, mas os produtos oferecidos pelos festivais culturais e gastronômicos, pelas celebrações, pela música, pela dança, pelo teatro e pelo circo também não sofrem superação. Eles podem passar por resignificação ou inovações, mas não obsolescência. As festas de Folia de Reis, de Congadas e de Moçambique em Minas Gerais, Brasil, são festivais seculares e que não perderam seu poder de atração cultural. O mesmo ocorre com: o dia dos mortos no México, Festa da Vendimia na Argentina, Inti Raymi no Peru, Holetown Festival em Barbados, etc.

O risco de depreciação nos setores de expressões culturais e artes cênicas podem ocorrer por uso. Se houver a massificação de um festival ou de uma celebração, de uma música tradicional, eles perdem sua exclusividade e parte de seus encantos. Em poucas palavras, não pode haver Festival da Cúmbia em El Banco, Colômbia e nem o Festival de Barriletes gigantes de Santiago Sacatepéquez na Guatemala, Carnaval no Rio de Janeiro todo mês. Pode haver diversificação do calendário festivo das cidades e das sociedades, mas nunca sua transformação em produto de massa e oferta em escala. As palavras são: diversificação cultural e de atividades, não homogeneização e massificação.

A depreciação por uso também pode ocorrer com os setores de locais culturais. O excesso de turistas em sítios arqueológicos e em cidades podem gerar impactos

ARTIGO

sociais e ambientais que danificam o destino. É preciso respeitar os limites de sustentabilidade do local e o uso consciente dos recursos naturais. Caso contrário ele só não perde sua capacidade de lucratividade, mas em vez de gerar desenvolvimento sustentável gerará exploração ilimitada e danosa socialmente e ambientalmente. O *over-turismo* é um risco sério ao desenvolvimento sustentável, ele causa acumulação de capitais, mas com externalidades negativas graves. No Brasil, o município-arquipélago marinho de Ilha Bela sofre há anos com o *over-turismo*. A cidade que conta com aproximadamente 32.000 habitantes tem sua população quadruplicada em feriados. Isso gera falta d'água, falta de produtos alimentícios, inflaciona os bens e os serviços, blecautes, engarrafamentos, sem falar do impacto ambiental em um bioma tão rico e frágil. Para evitar a depreciação por uso dos setores criativos e para proporcionar o desenvolvimento sustentável e inclusivo seria necessária a regulamentação desses setores. Para isso, o engajamento de todos os entes da federação, ou seja, uma política pública orquestrada entre união, estados federativos e municípios é essencial.

Outros produtos dos setores criativos, como as novas mídias, o *design* e os audiovisuais sofrem com a depreciação por obsolescência. Essa, todavia, é de forma diferenciada dos bens de capitais e bens duráveis. Por exemplo, um jogo de videogame fica ultrapassado e abre espaço para outros mais modernos. Um estilo de música de repente para de tocar nas rádios e na televisão e deixa de ser *hit*. Um estilo de roupa e de *design* de interiores, de joias deixa de ser tendência. Uma novela, um filme e um seriado sofrem com a desatualização temporal.

Diferentemente do que ocorrem com os bens de capitais, alguns produtos oriundos da EC, além do mais, podem ser considerados clássicos e não velhos. Há diversos exemplos, no Brasil, o canal a cabo com maior audiência é o Viva da Rede Globo. Sua programação é baseada em novelas, seriados e programas antigos. A Rede Globo ainda mantém o Telecine Clássico somente com filmes antigos. A Televisão no México lucra com exportação de novelas e de seriados clássicos também há anos. Rádios continuam tocando músicas antigas, muitas vezes com programas específicos para isso. Apesar de o conteúdo ser datado, as empresas continuam lucrando com publicidades, os artistas com direitos autorais, os trabalhadores mantêm seus empregos e os equipamentos que os reproduzem se sofisticam.

Outro exemplo, um videogame antigo pode ter um valor simbólico e sentimental, fazendo com que continue no mercado. Grandes empresas do ramo como a Nintendo, a Atari e a Sega lançaram seus produtos que fizeram sucesso na década de 1980 e de 1990 tendo significativo sucesso de vendas. A lógica do consumo para esses produtos é diferenciada não vale somente seu valor real, mas sentimental. O valor de diversos produtos e bens da EC, não raramente, é construído por mecanismos altamente subjetivos e normalmente não dependem de outros agentes econômicos. A mesma lógica não é empregada para outros bens que foram completamente substituídos com o passar do tempo, como: máquinas de escrever, barcos a vapor, walkman e carroças, por exemplo.

Há na sociedade contemporânea, uma onda denominada *retrô*. Os jovens adultos da geração Y e Z⁴ nasceram e cresceram durante a revolução técnico-científica-informacional. Eles também foram educados com a preocupação ambiental e com o conceito de desenvolvimento sustentável já formulado. Um dos pilares que muitos desses jovens adultos carregam é o consumo consciente. A noção de sustentabilidade criou um público consumidor com consciência ambiental, tornando factível a existência de uma nova gama de consumo – a dos consumidores verdes.

A geração Y e Z está mudando o paradigma de consumo. O foco do prazer nesta geração não está mais na posse do bem em si, mas na sensação de experiência da utilização dos bens e dos serviços. Esse fenômeno é tão significativo que em 1999, Joseph Pine II e James H. Gilmore operacionalizaram o conceito de Economia da Experiência. As pessoas estão dispostas a viverem, por um determinado momento, estilos de vidas personalizados e únicos. Isso envolve provar, visitar, usar, assistir, vivenciar características culturais diversas das suas. No âmbito dessa sensação, no âmago dessa experiência, surge espaço para o desenvolvimento econômico dos setores criativos e para um modelo colaborativo e sustentável. Da perspectiva econômica, a Economia da Experiência poderia ser vista como uma progressão natural na cadeia de valor da EC. Segundo Pine e Gilmore:

Experiences are a fourth economic offering, as distinct from services as services are from goods, but one that has until now gone largely unrecognized. Experiences have always been around, but consumers, businesses, and economists lumped them into the service sector along with such uneventful activities [...]. When a person buys a service, he purchases a set of intangible activities carried out on his behalf. But when he buys an experience, he pays to spend time enjoying a series of memorable events [...] (PINE & GILMORE, 1999, p. 02)

A onda *retrô* não rejeita o avanço tecnológico, mas é uma onda mais exigente com as inovações. Muitos da geração Y e Z são abertos às inovações, desde que elas tragam realmente destruição criativa, isto é, o novo apresenta-se realmente inovador perante o velho modelo e que respeite o meio-ambiente, a sociedade. Foi o caso do computador, dos smartphones, do cinema 3D, dos tocadores de músicas digitais, etc. Parte dessa geração, no entanto, rejeitam pequenas alterações que não tragam benefícios reais individuais e coletivos. Muitos brinquedos, jogos, celulares, roupas, joias e *design*, etc utilizam de “reformas criativas” quase sempre mascaradas e impulsionadas pelo *marketing* e pela publicidade como uma suposta destruição criativa. Os consumidores conscientes dessa nova geração rejeitam esses produtos e evitam seguir tendências meramente consumistas.

O desenvolvimento sustentável obriga a sociedade compreender que as transformações requerem uma atitude consciente não somente no âmbito ambiental. É essencial a perpetuação e o resgate de questões que eram essências nas culturais tradicionais locais para a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo.

4 Os estudos sobre gerações no mercado de trabalho englobam: Baby Boomers (1940 -1960), a geração X (1961 – 1980), a Y (1981 – 1997), a Z (1998 – 2009) e a Alfa (2010 -)

Assim, para que seja possível promover o campo da EC na América Latina é necessário, portanto, integrá-lo às várias iniciativas que são desenvolvidas nos territórios, garantindo a participação e o envolvimento das populações locais e comunidades tradicionais.

Deve-se buscar um sentido de preservação da memória, da cultura, da biodiversidade e da possibilidade de geração de renda, sem que, com isso, transformar esses bens intangíveis em mero produto de mercado de massa. Não se deve alimentar o consumo desmedido e sem propósito em que símbolos locais são apropriados para a criação de marcas globais, diluídas e massificadas pelo sistema capitalista, descaracterizando a identidade de grupos e de territórios. Para tanto, o projeto de desenvolvimento sustentável baseado em setores criativos na América Latina não ocorrerá sem participação ativa do Estado. Ele depende de boas políticas nacionais de apoio à criação e à circulação de bens culturais. Isso significa estruturar programas concretos de financiamentos, conectados a processos amadurecidos endogenamente.

No setor de novas mídias e audiovisuais, por exemplo, o campo permite interessantes projetos apoiados por uma coalização de Estados-nacionais, como a construção de um polo industrial cinematográfico latino-americano, a estruturação de um serviço de streaming de vídeos, de músicas e de uma rede social regional. Pode citar, ademais, a construção de um grande complexo de parques temáticos com personagens da cultura pop e tradicional da região, a elaboração de festivais de músicas, roteiros turísticos integrados, entre outros. O modelo de crescimento econômico regional propiciaria alternativas para a expansão do mercado interno da região. Entretanto, é sempre necessário tomar o cuidado com a massificação excessiva e a perda de valores simbólicos.

A EC na América Latina somente seria capaz de proporcionar o desenvolvimento sustentável e inclusivo se incorporasse na sua conceituação e no seu planejamento público a compreensão e o respeito da diversidade cultural da região. O que torna único esses exemplos é sua conservação. É preciso manter isso. É como se as comunidades locais da região tivessem a patente exclusiva de um produto, neste caso a cultura, a natureza, a música, a moda, a gastronomia, a arquitetura, enfim, a diversidade cultural e ambiental. Como detentora da patente, os recursos devem ser colocados a serviço da comunidade com projetos de sustentabilidade e de inclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A predileção do caso de estimular a EC como ferramenta de desenvolvimento sustentável para América Latina deve-se, sobretudo, em virtude de que a indústria criativa e cultural é grande geradora de capital, está crescendo acima da média da economia mundial, tem capacidade de criar e de absorver inovações tecnológicas, consegue proporcionar um efeito *spillover* e demanda derivada para outros setores da economia, como a construção civil, transportes, telecomunicações, comércio, entre outros. A proposta apresentada pela pesquisa não foi fazer um relatório de atividades correlacionadas a EC na América Latina, outros estudos,

citados e utilizados nesta pesquisa, o fizeram. A intenção, conforme escrita na introdução, foi muito mais de contribuir para o debate de instrumentos de políticas desenvolvimentistas na América Latina. A opção feita foi, portanto, o de expor pequenas reflexões e contemplações, porém sempre se preocupando em alicerçar com dados primários e com a literatura sobre a temática.

A pesquisa compreende que a construção de um projeto desenvolvimentista, por ser um fenômeno de várias dimensões (cultural, político, econômico, social e tecnológico), de múltiplos dinamismos (local, regional, nacional e internacional) e de dispares conexões (intraclases e extraclases), depende de transformações profundas na sociedade. A movimentação da estratégia desenvolvimentista em direção ao campo criativo, contudo, poderia desencadear essas mudanças sustentáveis nos campos: sociais, organizacionais, políticas, econômicas, educacionais e ambientais. Isso ocorre, pois a EC atua de forma multidimensional e em uma perspectiva integrada. É um setor onde os recursos renovam-se e em determinados casos multiplicam-se com o uso, apresentando um expressivo desempenho econômico sustentável. A EC, além disso, por sua multidimensionalidade, permite que os valores sociais, a identidade cultural, a interação social fortaleçam-se na comunidade e nos territórios.

Depreende-se, também, que o desenvolvimento sustentável visa à construção de vários modelos de vida interdependentes e complementares entre si. A EC como estratégia de desenvolvimento na América Latina precisa ser construída, desse modo, com apoio e com a inserção dos movimentos sociais indígenas, quilombolas, comunidade ribeirinha, caiçaras e camponato, isto é, as comunidades locais e tradicionais. Esses estão preservando e resignificando suas visões, suas tradições e suas práticas produtivas, reposicionando suas identidades e atribuindo valores culturais à natureza diante da globalização econômica.

A EC na América Latina, portanto, precisa resultar em processos produtivos que visem em primeiro lugar à diversidade cultural e a perpetuação de todas as formas de vida do planeta dentro de um patamar de plena existência para as atuais gerações sem comprometer as possibilidades produtivas para as futuras gerações. É necessário desenvolver a economia com viés ético e não somente utilitarista e mecanicista. Uma ética que enxerga a totalidade do planeta e todas as suas manifestações vitais. Para tanto, o papel do Estado como norteador e como regulador desse projeto é fundamental. O risco de grandes conglomerados capitalistas massificarem e explorarem, visando o lucro excessivo dos bens culturais e naturais da região, excluindo, assim, as comunidades tradicionais locais é notório. Isso, porém não pode ser uma barreira para se buscar uma nova forma de desenvolvimento.

A América Latina precisa sim investir na criação de novos modelos desenvolvimentistas. A importação ou a cópia de modelos dos países centrais sem a antropofagia proporciona a ociosidade do capital criativo da região. É preciso estimular nos países latino-americanos uma profusão de ideias capaz de substituir a nossa exuberância de produtos primários como fonte do processo de acumulação de capitais, porém sem perder o foco da sustentabilidade e da inclusão.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVITZ, Moses & DAVID, Paul A. Technological change and the rise of intangible investments: the US economy's growthpath in the twentieth century. In: *Employment and growth in the knowledge-based economy*. Paris, OECD, 1996.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO (BID). *La Economía Naranja: una oportunidad Infinita*. New York, 2013.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO (BID). *Paisagens futuras da economia laranja: caminhos criativos para melhorar vidas na América Latina e no Caribe*. New York, 2017.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. *A Construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*. São Paulo: Ed. 34, 2016.
- CENTRO INTERNACIONAL DE ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVA (CIESCOOP). *Mapeo de las industrias creativas en Chile*. Disponível em: <http://www.cultura.gob.cl/wpcontent/uploads/2014/01/mapeo_industrias_creativas.pdf>. Acesso em 20 de mar. 2018.
- COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso Futuro Comum*, São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). *Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma, opção de desenvolvimento*. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.
- COSTA, Reinaldo P. & JUNIOR, Abraao Freires. S. *Análise comparativa entre as Depreciações Contábil e Real*. Bento Gonçalves: XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social: As Contribuições da Engenharia de Produção, 15 a 18 de outubro de 2012.
- DALY, Herman. E; FARLEY, Joshua. *Ecological Economics: Principles and application*. Washington: Island Press, 2004.
- DALY, Herman E. *Beyond Growth: the economics of sustainable development*. Boston: Beacon Press, 1996.
- DEPARTAMENTO DE TURISMO DEL INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGACIONES DE LA ECONOMÍA (INIE). *El turismo representa siete por ciento del PIB en Cuba*. Cadena Agramonte: Cuba, 2015. Disponível em <<http://www.cadenagramonte.cu/articulos/ver/54658:el-turismo-representa-siete-por-ciento-del-pib-en-cuba>> .Acesso em 01 de jan. 2018.
- DOS SANTOS, Theotonio. *A Teoria da Dependência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ELKINGTON, John. & BURKE, Tom. *The Green Capitalists*. London: Gallancz, 1989.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). *Indústria Criativa. Análise Especial: São Paulo*. Disponível em <http://www.firjan.com.br/economicriativa/download/analise_especial_sp_-_2016.pdf>. Acesso em 20 de mar. 2018.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). *Média salarial por setor*. Disponível em: <[http://apps2.fiesp.com.br/regional/\(S\(w5qlye0mdpvg0f551owrr20h\)\)/DadosSocioEconomicos/InformacoesSetor.aspx?t=3](http://apps2.fiesp.com.br/regional/(S(w5qlye0mdpvg0f551owrr20h))/DadosSocioEconomicos/InformacoesSetor.aspx?t=3)>. Acesso em 20 de mar. 2018.
- FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FLORIDA, Richard. *A Ascensão da Classe Criativa*. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- FURTADO, Celso. *O subdesenvolvimento revisitado*. *Economia e Sociedade*. No1. Agosto 1992.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- DJELLAL, Faridah & GALLOUJ, Faiz. *Innovation in services and sustainable development*. In SPOHRER, Jim; PAUL, Maglio P. & KIELISZEWSKI, Cheryl. *Handbook of Service Science*. New York: Springer, 2010.
- HOWKINS, John. *Economia Criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas*. São Paulo: MBooks, 2013.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). Publicações. Belém, 2017. Disponível em <<http://imazon.org.br/publicacoes/>> . Acesso em 02 de jan. 2018.

LEFF, Enrique. Discursos sustentáveis. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCONI, Nelson. Estrutura produtiva e desenvolvimento econômico. In BARBOSA, Nelson; MARCONI, Nelson; PINHEIRO, Maurício C. & CARVALHO, Laura. (Org.) Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil. São Paulo: Elsevier, 2015.

MARX, Karl. O Capital. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIRSHAWKA, Victor. Economia Criativa: fontes de novos empregos. Vol.1. São Paulo: DSV, 2016.

MOKYR, Joel. The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress. New York: Oxford University Press, 1990.

PINE II, Joseph B. & GILMORE, James H. The experience economy: work is Theatre & Every business a Stage. Boston: Havard Business School Press, 1999.

PORTER, Michael E. The Competitive Advantage of Nations. Basingstoke: Macmillan, 1990.

PRINCE WATER HOUSE COOPERS (PWC). Global Entertainment and Media Outlook (2017-2021). Disponível em <<https://www.pwc.com/gx/en/entertainment-media/pdf/outlook-2017-curtain-up.pdf>>. Acesso em 10 de mar. 2017.

ROSTOW, Walt W. Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista. Tradução: Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SANCHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1981.

SCOTT, Allen J. On Hollywood: The Place, The Industry. Princeton: Princeton University Press, 2005.

STOCKHOLM RESILIENCE CENTRE (SRC). The nine planetary boundaries. Disponível em: <<http://www.stockholmresilience.org/research/planetary-boundaries/planetary-boundaries/about-the-research/the-nine-planetary-boundaries.html>>. Acesso em 02 de jan. 2018.

TRIPLETT, Jack. E. & BOSWORTH, Barry P. Productivity in the Services Sector. In STERN, D. M. Services in the International Economy. Ann Arbor, Mich: University of Michigan Press, 2001.

VAN BELLEN, Hans. M. V. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VEIGA, Jose Eli da. Meio Ambiente & Desenvolvimento. São Paulo: Editora Senac, 2006.